



## SUMÁRIO

<b>PRESIDÊNCIA</b> .....	<b>1</b>
<b>CORREGEDORIA</b> .....	<b>6</b>
<b>COORDENAÇÃO-GERAL DE GESTÃO DE PESSOAS</b> .....	<b>8</b>
<b>COORDENAÇÃO REGIONAL DE DOURADOS</b> .....	<b>10</b>
<b>COORDENAÇÃO REGIONAL NOROESTE DO MATO GROSSO</b> .....	<b>11</b>
<b>COORDENAÇÃO REGIONAL DE RORAIMA</b> .....	<b>16</b>

## PRESIDÊNCIA

### PORTARIA FUNAI Nº 779, DE 15 DE SETEMBRO DE 2023

A PRESIDENTA DA FUNDAÇÃO NACIONAL DOS POVOS INDÍGENAS - FUNAI, no uso das atribuições que lhe conferem pelo Decreto nº 11.226, de 7 de outubro de 2022, combinando com o Decreto nº 10.193, de 27 de dezembro 2019, a Portaria CC/PR Nº 1.459, de 1º de fevereiro de 2023 e a Portaria MPI Nº 73, de 9 de março de 2023; resolve:

Art. 1º Designar para o encargo de Proponente do Sistema de Concessão de Diárias e Passagens no âmbito da Coordenação Regional de Cacoal, o servidor Rubens Naraikoe Suruí, CPF: 999.171.302-68, matrícula SIAPE: 3351625.

Art. 2º Determinar que a Coordenação Regional de Cacoal e suas Divisões e Serviços prestem o necessário apoio administrativo e operacional, visando o bom desempenho da missão em causa.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

**JOENIA WAPICHANA**  
Presidente

### PORTARIA DE PESSOAL FUNAI Nº 975, DE 20 DE SETEMBRO DE 2023

A PRESIDENTA DA FUNDAÇÃO NACIONAL DOS POVOS INDÍGENAS - FUNAI, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Estatuto, aprovado pelo Decreto nº 11.226, de 07 de outubro de 2022, com base na alínea "c" do inciso III do parágrafo único do artigo 36 da Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990, e tendo em vista o que consta do Processo nº 08620.008392/2023-64, resolve:

Art. 1º Remover, a pedido, a servidora JULIANA CABRAL DE OLIVEIRA DUTRA, Indigenista Especializado, NS-A-IV, matrícula nº 3077197, da Coordenação Regional de Minas Gerais e Espírito Santo-MG, para a Coordenação-Geral de Índios Isolados e de Recente Contato-CGIIRC/DPT, em Brasília-DF, em decorrência de sua classificação no Processo Seletivo Interno de Remoção - PSIR.

Art. 2º Estabelecer o período de 30 (trinta) dias, incluindo o trânsito, a partir da publicação desta Portaria, para que a servidora se apresente na nova unidade de lotação.

Art. 3º Será facultado à servidora declinar do prazo estabelecido no artigo anterior.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

**JOENIA WAPICHANA**  
Presidente

### PORTARIA DE PESSOAL FUNAI Nº 976, DE 20 DE SETEMBRO DE 2023

A PRESIDENTA DA FUNDAÇÃO NACIONAL DOS POVOS INDÍGENAS - FUNAI, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Estatuto, aprovado pelo Decreto nº 11.226, de 07 de outubro de 2022, com base na alínea "c" do inciso III do parágrafo único do artigo 36 da Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990, e tendo em vista o que consta do Processo nº 08620.008392/2023-64, resolve:

Art. 1º Remover, a pedido, o servidor EDUARDO HENRIQUE CARVALHO FERREIRA, Indigenista Especializado, NS-A-III, matrícula nº 3145724, da Coordenação Técnica Local em Sena Madureira-AC, subordinada à Coordenação Regional de Alto Purus-AC, para a Coordenação-Geral de Índios Isolados e de Recente Contato-CGIIRC/DPT, em Brasília-DF, em decorrência de sua classificação no Processo Seletivo Interno de Remoção - PSIR.

Art. 2º Estabelecer o período de 30 (trinta) dias, incluindo o trânsito, a partir da publicação desta Portaria, para que o servidor se apresente na nova unidade de lotação.

Art. 3º Será facultado ao servidor declinar do prazo estabelecido no artigo anterior.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

**JOENIA WAPICHANA**  
Presidente



Brasília, 21 de setembro de 2023

Boletim de Serviço da Funai – 181 - p. 2

## **PORTARIA DE PESSOAL FUNAI Nº 977, DE 20 DE SETEMBRO DE 2023**

A PRESIDENTA DA FUNDAÇÃO NACIONAL DOS POVOS INDÍGENAS - FUNAI, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Estatuto, aprovado pelo Decreto nº 11.226, de 07 de outubro de 2022, com base na alínea "c" do inciso III do parágrafo único do artigo 36 da Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990, e tendo em vista o que consta do Processo nº 08620.008392/2023-64, resolve:

Art. 1º Remover, a pedido, o servidor TARIK ARGENTIM, Indigenista Especializado, NS-A-IV, matrícula nº 3013582, da Coordenação Regional do Juruá-AC, para a Coordenação-Geral de Índios Isolados e de Recente Contato-CGIIRC/DPT, em Brasília-DF, em decorrência de sua classificação no Processo Seletivo Interno de Remoção - PSIR.

Art. 2º Estabelecer o período de 30 (trinta) dias, incluindo o trânsito, a partir da publicação desta Portaria, para que o servidor se apresente na nova unidade de lotação.

Art. 3º Será facultado ao servidor declinar do prazo estabelecido no artigo anterior.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

**JOENIA WAPICHANA**

Presidente

## **PORTARIA DE PESSOAL FUNAI Nº 978, DE 20 DE SETEMBRO DE 2023**

A PRESIDENTA DA FUNDAÇÃO NACIONAL DOS POVOS INDÍGENAS - FUNAI, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Estatuto, aprovado pelo Decreto nº 11.226, de 07 de outubro de 2022, com base na alínea "c" do inciso III do parágrafo único do artigo 36 da Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990, e tendo em vista o que consta do Processo nº 08620.008392/2023-64, resolve:

Art. 1º Remover, a pedido, a servidora MARIA IRENE PENA FARIAS, Auxiliar de Serviços Gerais, NI-S-III, matrícula nº 0446160, do Serviço de Promoção dos Direitos Sociais e Cidadania da Divisão Técnica da Coordenação Regional de Manaus-AM, para a Coordenação-Geral de Índios Isolados e de Recente Contato-CGIIRC/DPT, em Brasília-DF, em decorrência de sua classificação no Processo Seletivo Interno de Remoção - PSIR.

Art. 2º Estabelecer o período de 30 (trinta) dias, incluindo o trânsito, a partir da publicação desta Portaria, para que a servidora se apresente na nova unidade de lotação.

Art. 3º Será facultado à servidora declinar do prazo estabelecido no artigo anterior.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

**JOENIA WAPICHANA**

Presidente

## **PORTARIA DE PESSOAL FUNAI Nº 979, DE 20 DE SETEMBRO DE 2023**

A PRESIDENTA DA FUNDAÇÃO NACIONAL DOS POVOS INDÍGENAS - FUNAI, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Estatuto, aprovado pelo Decreto nº 11.226, de 07 de outubro de 2022, com base na alínea "c" do inciso III do parágrafo único do artigo 36 da Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990, e tendo em vista o que consta do Processo nº 08620.008392/2023-64, resolve:

Art. 1º Remover, a pedido, a servidora LUMARA CRISTINA MARTINS SANTOS, Indigenista Especializado, NS-A-V, matrícula nº 1382350, da Coordenação Técnica em Altamira VII, subordinada à Coordenação Regional Centro-Leste do Pará-PA, para a Coordenação-Geral de Monitoramento Territorial-CGMT/DPT, em Brasília-DF, em decorrência de sua classificação no Processo Seletivo Interno de Remoção - PSIR.

Art. 2º Estabelecer o período de 30 (trinta) dias, incluindo o trânsito, a partir da publicação desta Portaria, para que a servidora se apresente na nova unidade de lotação.

Art. 3º Será facultado à servidora declinar do prazo estabelecido no artigo anterior.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

**JOENIA WAPICHANA**

Presidente

## **PORTARIA DE PESSOAL FUNAI Nº 980, DE 20 DE SETEMBRO DE 2023**

A PRESIDENTA DA FUNDAÇÃO NACIONAL DOS POVOS INDÍGENAS - FUNAI, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Estatuto, aprovado pelo Decreto nº 11.226, de 07 de outubro de 2022, com base na alínea "c" do inciso III do parágrafo único do artigo 36 da Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990, e tendo em vista o que consta do Processo nº 08620.008392/2023-64, resolve:

Art. 1º Remover, a pedido, a servidora LIGIA RODRIGUES DE ALMEIDA, Indigenista Especializado, NS-A-IV, matrícula nº 1417888, do Serviço de Gestão Ambiental e Territorial da Divisão Técnica da Coordenação Regional Araguaia Tocantins-TO, para a Coordenação-Geral de Monitoramento Territorial-CGMT/DPT, em Brasília-DF, em decorrência de sua classificação no Processo Seletivo Interno de Remoção - PSIR.



Brasília, 21 de setembro de 2023

Boletim de Serviço da Funai – 181 - p. 3

Art. 2º Estabelecer o período de 30 (trinta) dias, incluindo o trânsito, a partir da publicação desta Portaria, para que a servidora se apresente na nova unidade de lotação.

Art. 3º Será facultado à servidora declinar do prazo estabelecido no artigo anterior.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

**JOENIA WAPICHANA**

Presidente

**PORTARIA DE PESSOAL FUNAI Nº 981, DE 20 DE SETEMBRO DE 2023**

A PRESIDENTA DA FUNDAÇÃO NACIONAL DOS POVOS INDÍGENAS - FUNAI, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Estatuto, aprovado pelo Decreto nº 11.226, de 07 de outubro de 2022, com base na alínea "c" do inciso III do parágrafo único do artigo 36 da Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990, e tendo em vista o que consta do Processo nº 08620.008392/2023-64, resolve:

Art. 1º Remover, a pedido, a servidora DAYANE NASCIMENTO MARQUES, Indigenista Especializado, NS-A-III, matrícula nº 1886710, do Serviço de Gestão Ambiental e Territorial da Divisão Técnica da Coordenação Regional Centro-Leste do Pará-PA, para a Coordenação-Geral de Monitoramento Territorial-CGMT/DPT, em Brasília-DF, em decorrência de sua classificação no Processo Seletivo Interno de Remoção - PSIR.

Art. 2º Estabelecer o período de 30 (trinta) dias, incluindo o trânsito, a partir da publicação desta Portaria, para que a servidora se apresente na nova unidade de lotação.

Art. 3º Será facultado à servidora declinar do prazo estabelecido no artigo anterior.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

**JOENIA WAPICHANA**

Presidente

**PORTARIA DE PESSOAL FUNAI Nº 982, DE 20 DE SETEMBRO DE 2023**

A PRESIDENTA DA FUNDAÇÃO NACIONAL DOS POVOS INDÍGENAS - FUNAI, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Estatuto, aprovado pelo Decreto nº 11.226, de 07 de outubro de 2022, com base na alínea "c" do inciso III do parágrafo único do artigo 36 da Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990, e tendo em vista o que consta do Processo nº 08620.008392/2023-64, resolve:

Art. 1º Remover, a pedido, a servidora REGINA LEAL COUTO, Indigenista Especializado, NS-A-III, matrícula nº 1896993, da Coordenação Regional Centro-Leste do Pará-PA, para a Coordenação-Geral de Monitoramento Territorial-CGMT/DPT, em Brasília-DF, em decorrência de sua classificação no Processo Seletivo Interno de Remoção - PSIR.

Art. 2º Estabelecer o período de 30 (trinta) dias, incluindo o trânsito, a partir da publicação desta Portaria, para que a servidora se apresente na nova unidade de lotação.

Art. 3º Será facultado à servidora declinar do prazo estabelecido no artigo anterior.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

**JOENIA WAPICHANA**

Presidente

**PORTARIA DE PESSOAL FUNAI Nº 984, DE 20 DE SETEMBRO DE 2023**

A PRESIDENTA DA FUNDAÇÃO NACIONAL DOS POVOS INDÍGENAS - FUNAI, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Estatuto, aprovado pelo Decreto nº 11.226, de 07 de outubro de 2022, com base na alínea "c" do inciso III do parágrafo único do artigo 36 da Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990, e tendo em vista o que consta do Processo nº 08620.008392/2023-64, resolve:

Art. 1º Remover, a pedido, o servidor MARCIO ALEXANDRE DA SILVA, Indigenista Especializado, NS-A-IV, matrícula nº 1707202, da Coordenação Regional do Vale do Javari-AM, para a Coordenação-Geral de Monitoramento Territorial-CGMT/DPT, em Brasília-DF, em decorrência de sua classificação no Processo Seletivo Interno de Remoção - PSIR.

Art. 2º Estabelecer o período de 30 (trinta) dias, incluindo o trânsito, a partir da publicação desta Portaria, para que o servidor se apresente na nova unidade de lotação.

Art. 3º Será facultado ao servidor declinar do prazo estabelecido no artigo anterior.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

**JOENIA WAPICHANA**

Presidente

**PORTARIA DE PESSOAL FUNAI Nº 985, DE 20 DE SETEMBRO DE 2023**

A PRESIDENTA DA FUNDAÇÃO NACIONAL DOS POVOS INDÍGENAS - FUNAI, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Estatuto, aprovado pelo Decreto nº 11.226, de 07 de outubro de 2022, com base na alínea "c" do inciso III



Brasília, 21 de setembro de 2023

Boletim de Serviço da Funai – 181 - p. 4

do parágrafo único do artigo 36 da Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990, e tendo em vista o que consta do Processo nº 08620.008392/2023-64, resolve:

Art. 1º Remover, a pedido, a servidora FERNANDA ANDRADE FERNANDES, Indigenista Especializado, NS-A-III, matrícula nº 3144851, do Serviço de Apoio Administrativo da Divisão Técnica da Coordenação Regional Xingu-M, para a Coordenação-Geral de Monitoramento Territorial-CGMT/DPT, em Brasília-DF, em decorrência de sua classificação no Processo Seletivo Interno de Remoção - PSIR.

Art. 2º Estabelecer o período de 30 (trinta) dias, incluindo o trânsito, a partir da publicação desta Portaria, para que a servidora se apresente na nova unidade de lotação.

Art. 3º Será facultado à servidora declinar do prazo estabelecido no artigo anterior.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

**JOENIA WAPICHANA**

Presidente

### **PORTARIA DE PESSOAL FUNAI Nº 986, DE 20 DE SETEMBRO DE 2023**

A PRESIDENTA DA FUNDAÇÃO NACIONAL DOS POVOS INDÍGENAS - FUNAI, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Estatuto, aprovado pelo Decreto nº 11.226, de 07 de outubro de 2022, com base na alínea "c" do inciso III do parágrafo único do artigo 36 da Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990, e tendo em vista o que consta do Processo nº 08620.008392/2023-64, resolve:

Art. 1º Remover, a pedido, a servidora GABRIELA LIEDTKE BECKER, Indigenista Especializado, NS-A-IV, matrícula nº 3051037, da Coordenação Regional Centro-Leste do Pará-PA, para a Coordenação-Geral de Licenciamento Ambiental-CGLIC/DPDS, em Brasília-DF, em decorrência de sua classificação no Processo Seletivo Interno de Remoção - PSIR.

Art. 2º Estabelecer o período de 30 (trinta) dias, incluindo o trânsito, a partir da publicação desta Portaria, para que a servidora se apresente na nova unidade de lotação.

Art. 3º Será facultado à servidora declinar do prazo estabelecido no artigo anterior.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

**JOENIA WAPICHANA**

Presidente

### **PORTARIA DE PESSOAL FUNAI Nº 987, DE 20 DE SETEMBRO DE 2023**

A PRESIDENTA DA FUNDAÇÃO NACIONAL DOS POVOS INDÍGENAS - FUNAI, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Estatuto, aprovado pelo Decreto nº 11.226, de 07 de outubro de 2022, com base na alínea "c" do inciso III do parágrafo único do artigo 36 da Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990, e tendo em vista o que consta do Processo nº 08620.008392/2023-64, resolve:

Art. 1º Remover, a pedido, a servidora SANDRA APARECIDA KITAKAWA LIMA, Indigenista Especializado, NS-A-III, matrícula nº 3147131, da Coordenação Regional Ponta Porã-MS, para a Coordenação-Geral de Licenciamento Ambiental-CGLIC/DPDS, em Brasília-DF, em decorrência de sua classificação no Processo Seletivo Interno de Remoção - PSIR.

Art. 2º Estabelecer o período de 30 (trinta) dias, incluindo o trânsito, a partir da publicação desta Portaria, para que a servidora se apresente na nova unidade de lotação.

Art. 3º Será facultado à servidora declinar do prazo estabelecido no artigo anterior.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

**JOENIA WAPICHANA**

Presidente

### **PORTARIA DE PESSOAL FUNAI Nº 988, DE 20 DE SETEMBRO DE 2023**

A PRESIDENTA DA FUNDAÇÃO NACIONAL DOS POVOS INDÍGENAS - FUNAI, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Estatuto, aprovado pelo Decreto nº 11.226, de 07 de outubro de 2022, com base na alínea "c" do inciso III do parágrafo único do artigo 36 da Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990, e tendo em vista o que consta do Processo nº 08620.008392/2023-64, resolve:

Art. 1º Remover, a pedido, a servidora JOANA FERNANDES DE ALMEIDA E SILVA, Indigenista Especializado, NS-A-V, matrícula nº 3005980, da Coordenação Técnica Local em Sapezal-MT, subordinada à Coordenação Regional Cuiabá-MT, para a Coordenação-Geral de Licenciamento Ambiental-CGLIC/DPDS, em Brasília-DF, em decorrência de sua classificação no Processo Seletivo Interno de Remoção - PSIR.

Art. 2º Estabelecer o período de 30 (trinta) dias, incluindo o trânsito, a partir da publicação desta Portaria, para que a servidora se apresente na nova unidade de lotação.

Art. 3º Será facultado à servidora declinar do prazo estabelecido no artigo anterior.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

**JOENIA WAPICHANA**

Presidente



Brasília, 21 de setembro de 2023

Boletim de Serviço da Funai – 181 - p. 5

## **PORTARIA DE PESSOAL FUNAI Nº 989, DE 20 DE SETEMBRO DE 2023**

A PRESIDENTA DA FUNDAÇÃO NACIONAL DOS POVOS INDÍGENAS - FUNAI, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Estatuto, aprovado pelo Decreto nº 11.226, de 07 de outubro de 2022, com base na alínea "c" do inciso III do parágrafo único do artigo 36 da Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990, e tendo em vista o que consta do Processo nº 08620.008392/2023-64, resolve:

Art. 1º Remover, a pedido, a servidora VIRGINIA ROBERTA SCHOENSTER, Indigenista Especializado, NS-A-V, matrícula nº 3012567, do Serviço de Apoio Administrativo da Divisão Técnica da Coordenação Regional de Manaus-AM, para a Coordenação-Geral de Licenciamento Ambiental-CGLIC/DPDS, em Brasília-DF, em decorrência de sua classificação no Processo Seletivo Interno de Remoção - PSIR.

Art. 2º Estabelecer o período de 30 (trinta) dias, incluindo o trânsito, a partir da publicação desta Portaria, para que a servidora se apresente na nova unidade de lotação.

Art. 3º Será facultado à servidora declinar do prazo estabelecido no artigo anterior.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

**JOENIA WAPICHANA**

Presidente

## **PORTARIA DE PESSOAL FUNAI Nº 990, DE 20 DE SETEMBRO DE 2023**

A PRESIDENTA DA FUNDAÇÃO NACIONAL DOS POVOS INDÍGENAS - FUNAI, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Estatuto, aprovado pelo Decreto nº 11.226, de 07 de outubro de 2022, com base na alínea "c" do inciso III do parágrafo único do artigo 36 da Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990, e tendo em vista o que consta do Processo nº 08620.008392/2023-64, resolve:

Art. 1º Remover, a pedido, o servidor DIEGO MENDES SOUSA, Indigenista Especializado, NS-A-III, matrícula nº 3050852, do Serviço de Apoio Administrativo da Divisão Técnica da Coordenação Regional do Juruá-AC, para a Coordenação-Geral de Licenciamento Ambiental-CGLIC/DPDS, em Brasília-DF, em decorrência de sua classificação no Processo Seletivo Interno de Remoção - PSIR.

Art. 2º Estabelecer o período de 30 (trinta) dias, incluindo o trânsito, a partir da publicação desta Portaria, para que o servidor se apresente na nova unidade de lotação.

Art. 3º Será facultado ao servidor declinar do prazo estabelecido no artigo anterior.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

**JOENIA WAPICHANA**

Presidente

## **PORTARIA DE PESSOAL FUNAI Nº 991, DE 20 DE SETEMBRO DE 2023**

A PRESIDENTA DA FUNDAÇÃO NACIONAL DOS POVOS INDÍGENAS - FUNAI, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Estatuto, aprovado pelo Decreto nº 11.226, de 07 de outubro de 2022, com base na alínea "c" do inciso III do parágrafo único do artigo 36 da Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990, e tendo em vista o que consta do Processo nº 08620.008392/2023-64, resolve:

Art. 1º Remover, a pedido, o servidor RICARDO SALLUM FREIRE, Indigenista Especializado, NS-A-V, matrícula nº 3053939, da Coordenação Regional do Vale do Javari-AM, para a Coordenação-Geral de Promoção dos Direitos Sociais-CGPDS/DPDS, em Brasília-DF, em decorrência de sua classificação no Processo Seletivo Interno de Remoção - PSIR.

Art. 2º Estabelecer o período de 30 (trinta) dias, incluindo o trânsito, a partir da publicação desta Portaria, para que o servidor se apresente na nova unidade de lotação.

Art. 3º Será facultado ao servidor declinar do prazo estabelecido no artigo anterior.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

**JOENIA WAPICHANA**

Presidente

## **PORTARIA DE PESSOAL FUNAI Nº 992, DE 20 DE SETEMBRO DE 2023**

A PRESIDENTA DA FUNDAÇÃO NACIONAL DOS POVOS INDÍGENAS - FUNAI, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Estatuto, aprovado pelo Decreto nº 11.226, de 07 de outubro de 2022, com base na alínea "c" do inciso III do parágrafo único do artigo 36 da Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990, e tendo em vista o que consta do Processo nº 08620.008392/2023-64, resolve:

Art. 1º Remover, a pedido, o servidor VICTOR AMARAL COSTA, Indigenista Especializado, NS-A-V, matrícula nº 3013983, da Coordenação Técnica Local em Juína III-MT, subordinada à Coordenação Regional Noroeste do Mato Grosso-MT, para a Coordenação-Geral de Promoção dos Direitos Sociais-CGPDS/DPDS, em Brasília-DF, em decorrência de sua classificação no Processo Seletivo Interno de Remoção - PSIR.



Brasília, 21 de setembro de 2023

Boletim de Serviço da Funai – 181 - p. 6

Art. 2º Estabelecer o período de 30 (trinta) dias, incluindo o trânsito, a partir da publicação desta Portaria, para que o servidor se apresente na nova unidade de lotação.

Art. 3º Será facultado ao servidor declinar do prazo estabelecido no artigo anterior.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

**JOENIA WAPICHANA**

Presidente

**PORTARIA DE PESSOAL FUNAI Nº 993, DE 20 DE SETEMBRO DE 2023**

A PRESIDENTA DA FUNDAÇÃO NACIONAL DOS POVOS INDÍGENAS - FUNAI, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Estatuto, aprovado pelo Decreto nº 11.226, de 07 de outubro de 2022, com base na alínea "c" do inciso III do parágrafo único do artigo 36 da Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990, e tendo em vista o que consta do Processo nº 08620.008392/2023-64, resolve:

Art. 1º Remover, a pedido, a servidora JOVANA ANDRADE LEAL MOREIRA, Indigenista Especializado, NS-A-IV, matrícula nº 2865739, da Coordenação Regional Madeira-AM, para a Coordenação-Geral de Promoção dos Direitos Sociais-CGPDS/DPDS, em Brasília-DF, em decorrência de sua classificação no Processo Seletivo Interno de Remoção - PSIR.

Art. 2º Estabelecer o período de 30 (trinta) dias, incluindo o trânsito, a partir da publicação desta Portaria, para que a servidora se apresente na nova unidade de lotação.

Art. 3º Será facultado à servidora declinar do prazo estabelecido no artigo anterior.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

**JOENIA WAPICHANA**

Presidente

**PORTARIA DE PESSOAL FUNAI Nº 994, DE 20 DE SETEMBRO DE 2023**

A PRESIDENTA DA FUNDAÇÃO NACIONAL DOS POVOS INDÍGENAS - FUNAI, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Estatuto, aprovado pelo Decreto nº 11.226, de 07 de outubro de 2022, com base na alínea "c" do inciso III do parágrafo único do artigo 36 da Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990, e tendo em vista o que consta do Processo nº 08620.008392/2023-64, resolve:

Art. 1º Remover, a pedido, o servidor ANDERSON LUIS RIBEIRO MOREIRA, Indigenista Especializado, NS-A-III, matrícula nº 1073068, da Coordenação Regional do Tapajós-PA, para a Coordenação-Geral de Promoção dos Direitos Sociais-CGPDS/DPDS, em Brasília-DF, em decorrência de sua classificação no Processo Seletivo Interno de Remoção - PSIR.

Art. 2º Estabelecer o período de 30 (trinta) dias, incluindo o trânsito, a partir da publicação desta Portaria, para que o servidor se apresente na nova unidade de lotação.

Art. 3º Será facultado ao servidor declinar do prazo estabelecido no artigo anterior.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

**JOENIA WAPICHANA**

Presidente

**CORREGEDORIA**

**PORTARIA CORREG/FUNAI Nº 257, DE 19 DE SETEMBRO DE 2023**

O CORREGEDOR SUBSTITUTO DA FUNDAÇÃO NACIONAL DOS POVOS INDÍGENAS - FUNAI, no uso das atribuições que lhe confere o Decreto nº 11.226, de 7 de outubro de 2022, e a Portaria nº 662, de 28 de junho de 2023, com fundamento, ainda, nos artigos 143 e 149 da Lei 8.112, de 11 de dezembro de 1990 e artigo 76, §4º e §1º, da Portaria Normativa CGU nº 27, de 11 de outubro de 2022, em face do que consta do Processo nº 08620.003277/2018-36, resolve:

Art. 1º Reconduzir, pelo prazo de 60 (sessenta) dias, a Comissão designada para apurar os fatos constantes do Processo Administrativo Disciplinar acima citado, instaurado por meio da Portaria CORREG/FUNAI nº 40, de 26 de janeiro de 2021, publicada no Boletim de Serviço Funai nº 23, de 03 de fevereiro de 2021; tendo como última recondução e alteração na comissão a Portaria CORREG/FUNAI nº 86, de 21 de março de 2023, publicada no Boletim de Serviço da Funai nº 56, de 22 de março de 2023.

Art. 2º Designar RODRIGO PIQUET SABOIA DE MELLO, Indigenista Especializado, matrícula SIAPE nº1915721, para atuar, em substituição à ARTUR NOBRE MENDES, Antropólogo, matrícula SIAPE nº 0443013; objetivando dar continuidade ao apuratório.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

**RUTENES LOPES FERNANDES**

Corregedor Substituto



Brasília, 21 de setembro de 2023

Boletim de Serviço da Funai – 181 - p. 7

## **PORTARIA CORREG/FUNAI Nº 258, DE 19 DE SETEMBRO DE 2023**

O CORREGEDOR SUBSTITUTO DA FUNDAÇÃO NACIONAL DOS POVOS INDÍGENAS - FUNAI, no uso das atribuições que lhe confere o Decreto nº 11.226, de 7 de outubro de 2022, e a Portaria nº 662, de 28 de junho de 2023, com fundamento, ainda, nos artigos 143 e 149 da Lei 8.112, de 11 de dezembro de 1990 e artigo 76, § 4º, da Portaria Normativa CGU nº 27, de 11 de outubro de 2022, em face do que consta do Processo nº 08763.000093/2016-28, resolve:

Art. 1º Reconduzir, pelo prazo de 60 (sessenta) dias, a Comissão designada para apurar os fatos constantes do Processo Administrativo Disciplinar acima citado, instaurado por meio da Portaria CORREG/FUNAI nº 483, de 01 de outubro de 2021, publicada no Boletim de Serviço da Funai nº 190 de 08 de outubro de 2021; tendo como última prorrogação e alteração na comissão por meio da Portaria CORREG/FUNAI nº 211, de 20 de julho de 2023, publicada no Boletim de Serviço da Funai nº 138, de 21 de julho de 2023; e ainda, uma alteração na comissão por meio da Portaria CORREG/FUNAI nº 219, de 27 de julho de 2023, publicada no Boletim de Serviço da Funai nº 143, de 28 de julho de 2023.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

**RUTENES LOPES FERNANDES**

Corregedor Substituto

## **PORTARIA CORREG/FUNAI Nº 259, DE 19 DE SETEMBRO DE 2023**

O CORREGEDOR SUBSTITUTO DA FUNDAÇÃO NACIONAL DOS POVOS INDÍGENAS - FUNAI, no uso das atribuições que lhe confere o Decreto nº 11.226, de 7 de outubro de 2022, e a Portaria nº 662, de 28 de junho de 2023, com fundamento, ainda, nos artigos 143, 149 e 152 da Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990 e artigo 76, § 3º da Portaria Normativa CGU nº 27, de 11 de outubro de 2022, em face do que consta do Processo nº 08620.001939/2020-58, resolve:

Art. 1º Prorrogar, pelo prazo de 60 (sessenta) dias, a Comissão designada para apurar os fatos constantes do Processo Administrativo Disciplinar acima citado, instaurado pela Portaria CORREG/FUNAI nº 314, de 15 de junho de 2022, publicada no Boletim de Serviço Funai nº 116, de 22 de junho de 2022; tendo como última recondução a Portaria CORREG/FUNAI nº 212, de 26 de julho de 2023, publicada no Boletim de Serviço da Funai nº 142, de 27 de julho de 2023.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor no primeiro dia subsequente ao vencimento da anterior.

**RUTENES LOPES FERNANDES**

Corregedor Substituto

## **PORTARIA CORREG/FUNAI Nº 260, DE 19 DE SETEMBRO DE 2023**

O CORREGEDOR SUBSTITUTO DA FUNDAÇÃO NACIONAL DOS POVOS INDÍGENAS - FUNAI, no uso das atribuições que lhe confere o Decreto nº 11.226, de 7 de outubro de 2022, e a Portaria nº 662, de 28 de junho de 2023, com fundamento, ainda, nos artigos 143 e 149 da Lei 8.112, de 11 de dezembro de 1990 e artigo 76, § 4º, da Portaria Normativa CGU nº 27, de 11 de outubro de 2022, em face do que consta do Processo nº 08620.016415/2018-47, resolve:

Art. 1º Reconduzir, pelo prazo de 60 (sessenta) dias, a Comissão designada para apurar os fatos constantes do Processo Administrativo Disciplinar acima citado, instaurado por meio da Portaria CORREG/FUNAI nº 535, de 18 de outubro de 2022, publicada no Boletim de Serviço Funai nº 204, de 26 de outubro de 2022; tendo como última recondução a Portaria CORREG/FUNAI nº 210, de 19 de julho de 2023, publicada no Boletim de Serviço da Funai nº 138, de 21 de julho de 2023.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

**RUTENES LOPES FERNANDES**

Corregedor Substituto

## **PORTARIA CORREG/FUNAI Nº 261, DE 20 DE SETEMBRO DE 2023**

O CORREGEDOR SUBSTITUTO DA FUNDAÇÃO NACIONAL DOS POVOS INDÍGENAS - FUNAI, no uso das atribuições que lhe confere o Decreto nº 11.226, de 7 de outubro de 2022, e a Portaria nº 662, de 28 de junho de 2023, com fundamento, ainda, no artigo 76, §1º e §4º, da Portaria Normativa CGU nº 27, de 11 de outubro de 2022, em face do que consta do Processo nº 08620.000966/2020-11, resolve:

Art. 1º Designar RODRIGO PIQUET SABOIA DE MELLO, Indigenista Especializado, matrícula SIAPE nº 1915721, para atuar, em substituição à RODRIGO COIMBRA EGUFO, Engenheiro, matrícula SIAPE nº 3366200; objetivando dar continuidade ao apuratório.

Art. 2º Reconduzir, pelo prazo de 60 (sessenta) dias, a Comissão designada para apurar os fatos constantes do Processo Administrativo Disciplinar acima citado, instaurado por meio da Portaria CORREG/FUNAI nº 546, de 26 de outubro de 2022, publicada no Boletim de Serviço Funai nº 207, de 01 de novembro de 2022; tendo como última recondução a Portaria CORREG/FUNAI nº 216, de 26 de julho de 2023, publicada no Boletim de Serviço da Funai nº 142, de 27 de julho de 2023.



Brasília, 21 de setembro de 2023

Boletim de Serviço da Funai – 181 - p. 8

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

**RUTENES LOPES FERNANDES**

Corregedor Substituto

**PORTARIA CORREG/FUNAI Nº 263, DE 20 DE SETEMBRO DE 2023**

O CORREGEDOR SUBSTITUTO DA FUNDAÇÃO NACIONAL DOS POVOS INDÍGENAS - FUNAI, no uso das atribuições que lhe confere o Decreto nº 11.226, de 7 de outubro de 2022, e a Portaria nº 662, de 28 de junho de 2023, com fundamento, ainda, nos artigos 143, 149 e 152 da Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990 e artigo 76, § 3º da Portaria Normativa CGU nº 27, de 11 de outubro de 2022, em face do que consta do Processo nº 08620.012050/2019-62, resolve:

Art. 1º Prorrogar, pelo prazo de 60 (sessenta) dias, a Comissão designada para apurar os fatos constantes do Processo Administrativo Disciplinar acima citado, instaurado pela Portaria CORREG/FUNAI nº 8, de 26 de dezembro de 2022, publicada no Boletim de Serviço da Funai nº 7, de 10 de janeiro de 2023; tendo como última recondução a Portaria CORREG/FUNAI nº 226, de 02 de agosto de 2023, publicada no Boletim de Serviço da Funai nº 147, de 03 de agosto de 2023.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor no primeiro dia subsequente ao vencimento da anterior.

**RUTENES LOPES FERNANDES**

Corregedor Substituto

**PORTARIA CORREG/FUNAI Nº 264, DE 20 DE SETEMBRO DE 2023**

O CORREGEDOR SUBSTITUTO DA FUNDAÇÃO NACIONAL DOS POVOS INDÍGENAS - FUNAI, no uso das atribuições que lhe confere o Decreto nº 11.226, de 7 de outubro de 2022, e a Portaria nº 662, de 28 de junho de 2023, com fundamento, ainda, nos artigos 143, 148 e 149, todos da Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990, em face do que consta do Processo nº 08620.007811/2021-89, resolve:

Art. 1º Instaurar Processo Administrativo Disciplinar, com o objetivo imediato de apurar a ocorrência de supostas irregularidades administrativas mencionadas no processo acima citado.

Art. 2º Designar NADIR DA COSTA TAVARES, Agente Administrativo, matrícula SIAPE nº6001741; ELIZABETH REIS DE NOVAES BASTOS, Agente Administrativo, matrícula SIAPE nº1081778; e, LUZIA APARECIDA ARAUJO SANTOS, AGENTE DE PORTARIA, matrícula SIAPE nº1107471; para, sob a presidência do primeiro, constituírem a respectiva Comissão.

Art. 3º Estabelecer o prazo de 60 (sessenta) dias para a conclusão dos trabalhos.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

**RUTENES LOPES FERNANDES**

Corregedor Substituto

**PORTARIA CORREG/FUNAI Nº 265, DE 20 DE SETEMBRO DE 2023**

O CORREGEDOR SUBSTITUTO DA FUNDAÇÃO NACIONAL DOS POVOS INDÍGENAS - FUNAI, no uso das atribuições que lhe confere o Decreto nº 11.226, de 7 de outubro de 2022, e a Portaria nº 662, de 28 de junho de 2023, com fundamento, ainda, nos artigos 143 e 149 da Lei 8.112, de 11 de dezembro de 1990 e artigo 76, § 4º, da Portaria Normativa CGU nº 27, de 11 de outubro de 2022, em face do que consta do Processo nº 08620.001874/2021-21, resolve:

Art. 1º Reconduzir, pelo prazo de 60 (sessenta) dias, a Comissão designada para apurar os fatos constantes do Processo Administrativo Disciplinar acima citado, instaurado por meio da Portaria nº 349/CORREG, de 26 de julho de 2021, publicada no Boletim de Serviço Funai nº 138, de 27 de julho de 2021; tendo como última prorrogação a Portaria CORREG/FUNAI nº 208, de 14 de julho de 2023, publicada no Boletim de Serviço da Funai nº 134, de 17 de julho de 2023.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

**RUTENES LOPES FERNANDES**

Corregedor Substituto

**COORDENAÇÃO-GERAL DE GESTÃO DE PESSOAS**

**RETIFICAÇÃO**

Retificar a Portaria nº 1089/PRES, de 17 de novembro de 2015, publicada no Boletim de Serviço da Funai, número 11, de 18 de novembro de 2015, de modo que, onde se lê:

SEQ	MATRÍCULA	NOME DO SERVIDOR	CARGO	DATA DE ESTABILIDADE	RESULTADO
-----	-----------	------------------	-------	----------------------	-----------



# BOLETIM DE SERVIÇO

Fundação Nacional dos Povos Indígenas

Desenho Kadiwéu - MS

Brasília, 21 de setembro de 2023

Boletim de Serviço da Funai – 181 - p. 9

8	1823427	HELIVANDO BESSA DE SOUSA	INDIGENISTA ESPECIALIZADO	10/02/2015	APROVADO
21	1828186	WWYNCLA PAZ DE AGUIAR	INDIGENISTA ESPECIALIZADO	08/02/2015	APROVADA

leia-se:

SEQ	MATRÍCULA	NOME DO SERVIDOR	CARGO	DATA DE ESTABILIDADE	RESULTADO
8	1923427	HELIVANDO BESSA DE SOUSA	INDIGENISTA ESPECIALIZADO	10/02/2015	APROVADO
21	1928186	WWYNCLA PAZ DE AGUIAR	INDIGENISTA ESPECIALIZADO	08/02/2015	APROVADO

**POLLIANA FIGUEIROA LIEBICH**

Coordenador(a)-Geral substituto(a)

## RETIFICAÇÃO

Retificar a Portaria nº 708/PRES, de 02 de julho de 2014, publicada no Boletim de Serviço da Funai, número 07, de 03 de julho de 2014, de modo que,

onde se lê:

SEQ	MATRÍCULA	NOME DO SERVIDOR	CARGO	DATA DE ESTABILIDADE	RESULTADO
25	1818928	IVANA GOMES VIEIRA	INDIGENISTA ESPECIALIZADO	21/09/2013	APROVADA
58	1121890	VITOR CERQUEIRA GOIS	AGENTE EM INDIGENISMO	23/09/2013	APROVADO

leia-se:

SEQ	MATRÍCULA	NOME DO SERVIDOR	CARGO	DATA DE ESTABILIDADE	RESULTADO
25	1818298	IVANA GOMES VIEIRA	INDIGENISTA ESPECIALIZADO	21/09/2013	APROVADA
58	1821890	VITOR CERQUEIRA GOIS	AGENTE EM INDIGENISMO	23/09/2013	APROVADO

**POLLIANA FIGUEIROA LIEBICH**

Coordenador(a)-Geral substituto(a)

## RETIFICAÇÃO

Retificar a Portaria nº 236/PRES, de 06 de abril de 2015, publicada no Boletim de Serviço da Funai, número 04-05, de 13 de maio de 2015, de modo que,

onde se lê:

SEQ	MATRÍCULA	NOME DO SERVIDOR	CARGO	DATA DE ESTABILIDADE	RESULTADO
19	1857087	DENISE FERREIRA CHIMIRRI	Indigenista Especializado	25/01/2015	Aprovada

leia-se:



# BOLETIM DE SERVIÇO

Fundação Nacional dos Povos Indígenas

Desenho Kadiwéu - MS

Brasília, 21 de setembro de 2023

Boletim de Serviço da Funai – 181 - p. 10

SEQ	MATRÍCULA	NOME DO SERVIDOR	CARGO	DATA DE ESTABILIDADE	RESULTADO
19	1807587	DENISE FERREIRA CHIMIRRI	Indigenista Especializado	25/01/2015	Aprovada

**POLLIANA FIGUEIROA LIEBICH**  
Coordenador(a)-Geral substituto(a)

## RETIFICAÇÃO

Retificar a Portaria nº 735/PRES, de 06 de agosto de 2015, publicada no Boletim de Serviço da Funai, número 08, de 07 de agosto de 2015, de modo que, onde se lê:

SEQ	MATRÍCULA	NOME DO SERVIDOR	CARGO	DATA DE ESTABILIDADE	RESULTADO
41	1816887	WENDEL JESUS DE MIRANDA	Agente em Indigenismo	10/09/2013	Aprovado

leia-se:

SEQ	MATRÍCULA	NOME DO SERVIDOR	CARGO	DATA DE ESTABILIDADE	RESULTADO
41	1816769	WENDEL JESUS DE MIRANDA	Agente em Indigenismo	10/09/2013	Aprovado

**POLLIANA FIGUEIROA LIEBICH**  
Coordenador(a)-Geral substituto(a)

## RETIFICAÇÃO

Retificar a Portaria nº 898/PRES, de 14 de setembro de 2015, publicada no Boletim de Serviço da Funai, número 049, de 135 de setembro de 2015, de modo que,

onde se lê:

SEQ	MATRÍCULA	NOME DO SERVIDOR	CARGO	DATA DE ESTABILIDADE	RESULTADO
21	182245	PATRICIA MOOJEN LEMOS	Indigenista Especializado	20/09/2013	Aprovada

leia-se:

SEQ	MATRÍCULA	NOME DO SERVIDOR	CARGO	DATA DE ESTABILIDADE	RESULTADO
21	1821245	PATRICIA MOOJEN LEMOS	Indigenista Especializado	20/09/2013	Aprovada

**POLLIANA FIGUEIROA LIEBICH**  
Coordenador(a)-Geral substituto(a)

## COORDENAÇÃO REGIONAL DE DOURADOS

### PORTARIA CR-DOU/FUNAI Nº 34, DE 18 DE SETEMBRO DE 2023

A COORDENADORA REGIONAL DA COORDENAÇÃO REGIONAL DE DOURADOS DA FUNDAÇÃO NACIONAL DOS POVOS INDÍGENAS - FUNAI, no uso das atribuições que lhe confere o Regimento Interno da FUNAI, aprovado pela Portaria nº 666/PRES, de 17 de julho de 2017, e tendo em vista o disposto no artigo 21, inciso II, da Instrução Normativa nº 05, de 26 de maio de 2017, resolve:

Art. 1º Designar os servidores abaixo para compor a Equipe de Planejamento para contratação de empresa para aquisição de lonas plásticas para as populações indígenas atendidas pela Coordenação Regional de Dourados, cujo processo foi autuado sob o nº 08788.001503/2023-07:

I - Josene Benites Barbosa Nogueira, SIAPE nº 1824215;

II - Taís de Cássia Peçanha Rocha, SIAPE nº 1918505;

III - Maurício José dos Santos Silva, SIAPE nº 1917621.

Art. 2º As atribuições da Equipe de Planejamento da Contratação constam da Instrução Normativa nº 5, de 26 de maio de 2017, da Secretaria de Gestão do Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação no Boletim de Serviço da FUNAI.

**TEODORA DE SOUZA**  
Coordenadora Regional



## COORDENAÇÃO REGIONAL NOROESTE DO MATO GROSSO

### PORTARIA Nº 08/CR-NOMT/FUNAI, DE 16 DE SETEMBRO DE 2023

O COORDENADOR REGIONAL DA COORDENAÇÃO REGIONAL NOROESTE DO MATO GROSSO, MARCELO MANHUARI MUNDURUKU, DA FUNDAÇÃO NACIONAL DOS POVOS INDÍGENAS, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Portaria n.º 199, 19 de junho de 2023, publicada no Diário Oficial da União no dia 22 de junho de 2023, Seção 2, página 50, de acordo com o previsto no art. 67 da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, e considerando o constante dos autos do processo nº 08789.000325/2021-17, resolve:

Art. 1º Designar os servidores abaixo relacionados para gerenciar, acompanhar e fiscalizar a execução e o adequado cumprimento das cláusulas estabelecidas no Contrato nº 334/2021, celebrado entre a Coordenação Regional Noroeste do Mato Grosso e a empresa MENDEX NETWORKS TELECOMUNICAÇÃO LTDA - ME, CNPJ Nº 08.219.232/0001-47.

FUNÇÃO	NOME	CPF	LOTAÇÃO
Gestor(a)	EMILY NAITIANY CHAGAS CASTILHO	057.043.941-83	CR-NOMT
Gestor(a) Substituto(a)	ADEGILDO JOSÉ DO NASCIMENTO	482.067.091-34	CR-NOMT
Fiscal Técnico(a)	ADRIANA MARTINS DE AQUINO	353.470.901-20	CR-NOMT
Fiscal Técnico(a) Substituto(a)			
Fiscal Setorial (CTL Aripuanã)	MAURO CINTA LARGA	642.405.842-72	CR-NOMT
Fiscal Setorial (CTL Brasnorte)	ALINE RAMOS FRANCISCO	883.912.300-82	CTL brasnorte
Fiscal Setorial (CTL Juara)	NICOLAU MORIMÃ NETO	340.322.311-68	CTL juara

Art. 2º Para efeito desta Portaria, considera-se:

I - Gestor: servidor designado para exercer esse papel de coordenação das atividades relacionadas à fiscalização técnica, administrativa, e setorial, bem como dos atos preparatórios à instrução processual e ao encaminhamento da documentação pertinente ao setor de contratos para formalização dos procedimentos quanto aos aspectos que envolvam a prorrogação, alteração, reequilíbrio, pagamento, eventual aplicação de sanções, extinção dos contratos, dentre outros.;

II - Fiscal Técnico: servidor designado para avaliar a execução do objeto nos moldes contratados e, se for o caso, aferir se a quantidade, qualidade, tempo e modo da prestação dos serviços estão compatíveis com os indicadores de níveis mínimos de desempenho estipulados no ato convocatório, para efeito de pagamento conforme o resultado.

III - Fiscal Setorial: servidor designado para acompanhar a execução do contrato nos aspectos técnicos ou administrativos quando a prestação dos serviços ocorrer concomitantemente em setores distintos ou em unidades desconcentradas da Funai

Art. 3º Caberá aos gestores e aos fiscais observarem o disposto na IN nº. 05/2017 SEGES/MP.

Art. 4º A equipe de fiscalização deverá juntar aos autos do processo de contratação o Mapa de Risco atualizado sempre após eventos relevantes, entendidos estes como incidentes ou ocorrências que impactem na adequada execução contratual ou na implementação de seus objetivos, tais como, prorrogação contratual e reequilíbrio econômico-financeiro.

Art. 5º As atividades de gestão e fiscalização da execução contratual devem ser realizadas de forma preventiva, rotineira e sistemática.

Art. 6º Além do disposto no art. 3º, os servidores designados deverão:

I - Manter o Processo de Acompanhamento Contratual atualizado e instruído com documentos comprobatórios da execução do objeto, anexando todas as ocorrências e notificações à Contratada;

II - Prestar as informações e os esclarecimentos solicitados pela Contratada;

III - Comunicar à Coordenação-Geral de Recursos Logísticos - CGRL, nos autos do processo de contratação devidamente acompanhado de documentação probatória, a ocorrência de eventuais irregularidades na execução do Contrato que podem resultar em sanções administrativas e/ou rescisão contratual;

IV - Manifestar-se quanto à vantajosidade do Contrato para a Administração, quando da prorrogação contratual e eventual reequilíbrio econômico-financeiro;

V - Acompanhar e controlar o(s) saldo(s) da(s) Nota(s) de Empenho(s) de modo a evitar que o objeto do Contrato seja cumprido sem a devida cobertura orçamentária e, ainda, solicitar junto à CGRL o reforço dos empenhos ou a anulação parcial, caso necessário; e

VI - Reavaliar constantemente a execução do objeto do Contrato, propondo medidas com vistas à redução de gastos, bem como outras para melhoria e racionalização dos serviços, submetendo ao responsável pela Unidade Demandante.

Art. 7º O processo de Acompanhamento Contratual será encaminhado ao Gestor e Fiscais nomeados com toda a documentação necessária ao início do acompanhamento da execução, em até 05 (cinco) dias da publicação desta Portaria.

Art. 8º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação tendo em vista se tratar de contrato vigente e terá vigência até o vencimento do contrato e de sua garantia, quando houver.

**MARCELO MANHUARI MUNDURUKU**  
Coordenador Regional



Brasília, 21 de setembro de 2023

Boletim de Serviço da Funai – 181 - p. 12

## PORTARIA CR-NOMT/FUNAI Nº 17, DE 20 DE SETEMBRO DE 2023

O COORDENADOR REGIONAL DA COORDENAÇÃO REGIONAL NOROESTE DO MATO GROSSO, MARCELO MANHUARI MUNDURUKU, DA FUNDAÇÃO NACIONAL DOS POVOS INDÍGENAS, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Portaria n.º 199, 19 de junho de 2023, publicada no Diário Oficial da União no dia 22 de junho de 2023, Seção 2, página 50, de acordo com o previsto no art. 67 da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, e considerando o constante dos autos do processo nº 08789.000549/2019-12, resolve:

Art. 1º Designar os servidores abaixo relacionados para gerenciar, acompanhar e fiscalizar a execução e o adequado cumprimento das cláusulas estabelecidas no Contrato nº 199/2020, celebrado entre a Coordenação Regional Noroeste do Mato Grosso e a senhora CAMILA BIAVA RODIGUES, CPF nº 031.163.701-92.

FUNÇÃO	NOME	CPF	LOTAÇÃO
Gestor(a)	EMILY NAITIANY CHAGAS CASTILHO	057.043.941-83	CR-MT
Gestor(a) Substituto(a)	ADEGILDO JOSÉ DO NASCIMENTO	482.067.091-34	CR-NOMT
Fiscal Técnico(a)	ADRIANA MARTINS DE AQUINO	353.470.901-20	CR-NOMT
Fiscal Técnico(a) Substituto(a)			

Art. 2º Para efeito desta Portaria, considera-se:

I - Gestor: servidor designado para exercer esse papel de coordenação das atividades relacionadas à fiscalização técnica, administrativa, e setorial, bem como dos atos preparatórios à instrução processual e ao encaminhamento da documentação pertinente ao setor de contratos para formalização dos procedimentos quanto aos aspectos que envolvam a prorrogação, alteração, reequilíbrio, pagamento, eventual aplicação de sanções, extinção dos contratos, dentre outros.;

II - Fiscal Técnico: servidor designado para exercer papel de acompanhamento com o objetivo de avaliar a execução do objeto nos moldes contratados e, se for o caso, aferir se a quantidade, qualidade, tempo e modo da prestação dos serviços estão compatíveis com os indicadores de níveis mínimos de desempenho estipulados no ato convocatório, para efeito de pagamento conforme o resultado.

Art. 3º Caberá aos gestores e aos fiscais observarem o disposto na IN nº. 05/2017 SEGES/MP.

Art. 4º A equipe de fiscalização deverá juntar aos autos do processo de contratação o Mapa de Risco atualizado sempre após eventos relevantes, entendidos estes como incidentes ou ocorrências que impactem na adequada execução contratual ou na implementação de seus objetivos, tais como, prorrogação contratual e reequilíbrio econômico-financeiro.

Art. 5º As atividades de gestão e fiscalização da execução contratual devem ser realizadas de forma preventiva, rotineira e sistemática.

Art. 6º Além do disposto no art. 3º, os servidores designados deverão:

I - Manter o Processo de Acompanhamento Contratual atualizado e instruído com documentos comprobatórios da execução do objeto, anexando todas as ocorrências e notificações à Contratada;

II - Prestar as informações e os esclarecimentos solicitados pela Contratada;

III - Comunicar à Coordenação-Geral de Recursos Logísticos - CGRL, nos autos do processo de contratação devidamente acompanhado de documentação probatória, a ocorrência de eventuais irregularidades na execução do Contrato que podem resultar em sanções administrativas e/ou rescisão contratual;

IV - Manifestar-se quanto à vantagem do Contrato para a Administração, quando da prorrogação contratual e eventual reequilíbrio econômico-financeiro;

V - Acompanhar e controlar o(s) saldo(s) da(s) Nota(s) de Empenho(s) de modo a evitar que o objeto do Contrato seja cumprido sem a devida cobertura orçamentária e, ainda, solicitar junto à CGRL o reforço dos empenhos ou a anulação parcial, caso necessário; e

VI - Reavaliar constantemente a execução do objeto do Contrato, propondo medidas com vistas à redução de gastos, bem como outras para melhoria e racionalização dos serviços, submetendo ao responsável pela Unidade Demandante.

Art. 7º O processo de Acompanhamento Contratual será encaminhado ao Gestor e Fiscais nomeados com toda a documentação necessária ao início do acompanhamento da execução, em até 05 (cinco) dias da publicação desta Portaria.

Art. 8º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação tendo em vista se tratar de contrato vigente e terá vigência até o vencimento do contrato e de sua garantia, quando houver.

**MARCELO MANHUARI MUNDURUKU**

Coordenador Regional

## PORTARIA CR-NOMT/FUNAI Nº 18, DE 20 DE SETEMBRO DE 2023

O COORDENADOR REGIONAL DA COORDENAÇÃO REGIONAL NOROESTE DO MATO GROSSO, MARCELO MANHUARI MUNDURUKU, DA FUNDAÇÃO NACIONAL DOS POVOS INDÍGENAS, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Portaria n.º 199, 19 de junho de 2023, publicada no Diário Oficial da União no dia 22 de junho de 2023, Seção 2, página 50, de acordo com o previsto no art. 67 da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, e considerando o constante dos autos do processo nº 08789.000055/2017-68, resolve:



Brasília, 21 de setembro de 2023

Boletim de Serviço da Funai – 181 - p. 13

Art. 1º Designar os servidores abaixo relacionados para gerenciar, acompanhar e fiscalizar a execução e o adequado cumprimento das cláusulas estabelecidas no Contrato nº 027/2018, celebrado entre a Coordenação Regional Noroeste do Mato Grosso e o senhor ANDRÉ LUÍS LOPES NEVES, CPF nº 214.870.568-77.

FUNÇÃO	NOME	CPF	LOTAÇÃO
Gestor(a)	EMILY NAITIANY CHAGAS CASTILHO	057.043.941-83	CR-NOMT
Gestor(a) Substituto(a)	ADEGILDO JOSÉ DO NASCIMENTO	482.067.091-34	CR-NOMT
Fiscal Técnico(a)	ALINE RAMOS FRANCISCO	883.912.300-82	CTL BRASNORTE

Art. 2º Para efeito desta Portaria, considera-se:

I - Gestor: servidor designado para exercer esse papel de coordenação das atividades relacionadas à fiscalização técnica, administrativa, e setorial, bem como dos atos preparatórios à instrução processual e ao encaminhamento da documentação pertinente ao setor de contratos para formalização dos procedimentos quanto aos aspectos que envolvam a prorrogação, alteração, reequilíbrio, pagamento, eventual aplicação de sanções, extinção dos contratos, dentre outros.;

II - Fiscal Administrativo: servidor designado para exercer esse papel de acompanhamento com o objetivo de avaliar a execução do objeto nos moldes contratados e, se for o caso, aferir se a quantidade, qualidade, tempo e modo da prestação dos serviços estão compatíveis com os indicadores de níveis mínimos de desempenho estipulados no ato convocatório, para efeito de pagamento conforme o resultado.

Art. 3º Caberá aos gestores e aos fiscais observarem o disposto na IN nº. 05/2017 SEGES/MP.

Art. 4º A equipe de fiscalização deverá juntar aos autos do processo de contratação o Mapa de Risco atualizado sempre após eventos relevantes, entendidos estes como incidentes ou ocorrências que impactem na adequada execução contratual ou na implementação de seus objetivos, tais como, prorrogação contratual e reequilíbrio econômico-financeiro.

Art. 5º As atividades de gestão e fiscalização da execução contratual devem ser realizadas de forma preventiva, rotineira e sistemática.

Art. 6º Além do disposto no art. 3º, os servidores designados deverão:

I - Manter o Processo de Acompanhamento Contratual atualizado e instruído com documentos comprobatórios da execução do objeto, anexando todas as ocorrências e notificações à Contratada;

II - Prestar as informações e os esclarecimentos solicitados pela Contratada;

III - Comunicar à Coordenação-Geral de Recursos Logísticos - CGRL, nos autos do processo de contratação devidamente acompanhado de documentação probatória, a ocorrência de eventuais irregularidades na execução do Contrato que podem resultar em sanções administrativas e/ou rescisão contratual;

IV - Manifestar-se quanto à vantajosidade do Contrato para a Administração, quando da prorrogação contratual e eventual reequilíbrio econômico-financeiro;

V - Acompanhar e controlar o(s) saldo(s) da(s) Nota(s) de Empenho(s) de modo a evitar que o objeto do Contrato seja cumprido sem a devida cobertura orçamentária e, ainda, solicitar junto à CGRL o reforço dos empenhos ou a anulação parcial, caso necessário; e

VI - Reavaliar constantemente a execução do objeto do Contrato, propondo medidas com vistas à redução de gastos, bem como outras para melhoria e racionalização dos serviços, submetendo ao responsável pela Unidade Demandante.

Art. 7º O processo de Acompanhamento Contratual será encaminhado ao Gestor e Fiscais nomeados com toda a documentação necessária ao início do acompanhamento da execução, em até 05 (cinco) dias da publicação desta Portaria.

Art. 8º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação tendo em vista se tratar de contrato vigente e terá vigência até o vencimento do contrato e de sua garantia, quando houver.

**MARCELO MANHUARI MUNDURUKU**  
Coordenador Regional

## PORTARIA CR-NOMT/FUNAI Nº 19, DE 20 DE SETEMBRO DE 2023

O COORDENADOR REGIONAL DA COORDENAÇÃO REGIONAL NOROESTE DO MATO GROSSO, MARCELO MANHUARI MUNDURUKU, DA FUNDAÇÃO NACIONAL DOS POVOS INDÍGENAS, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Portaria nº 199, 19 de junho de 2023, publicada no Diário Oficial da União no dia 22 de junho de 2023, Seção 2, página 50, de acordo com o previsto no art. 67 da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, e considerando o constante dos autos do processo nº 08789.000389/2022-07, resolve:

Art. 1º Designar os servidores abaixo relacionados para gerenciar, acompanhar e fiscalizar a execução e o adequado cumprimento das cláusulas estabelecidas no Contrato nº 363/2022, celebrado entre a Coordenação Regional Noroeste do Mato Grosso e a empresa MTVIP- Segurança e Vigilância LTDA e CNPJ nº 22.262.421/0001-23.

FUNÇÃO	NOME	CPF	LOTAÇÃO
Gestor(a)	EMILY NAITIANY CHAGAS CASTILHO	057.043.941-83	CR-NOMT
Gestor(a) Substituto(a)	ADEGILDO JOSÉ DO NASCIMENTO	482.067.091-34	CR-NOMT



Brasília, 21 de setembro de 2023

Boletim de Serviço da Funai – 181 - p. 14

Fiscal Técnico(a)	ADRIANA MARTINS DE AQUINO	353.470.901-20	SEPLAN-NOMT
-------------------	---------------------------	----------------	-------------

Art. 2º Para efeito desta Portaria, considera-se:

I - Gestor: servidor designado para exercer esse papel de coordenação das atividades relacionadas à fiscalização técnica, administrativa, e setorial, bem como dos atos preparatórios à instrução processual e ao encaminhamento da documentação pertinente ao setor de contratos para formalização dos procedimentos quanto aos aspectos que envolvam a prorrogação, alteração, reequilíbrio, pagamento, eventual aplicação de sanções, extinção dos contratos, dentre outros.;

II - Fiscal Administrativo: servidor designado para exercer esse papel de acompanhamento com o objetivo de avaliar a execução do objeto nos moldes contratados e, se for o caso, aferir se a quantidade, qualidade, tempo e modo da prestação dos serviços estão compatíveis com os indicadores de níveis mínimos de desempenho estipulados no ato convocatório, para efeito de pagamento conforme o resultado.

Art. 3º Caberá aos gestores e aos fiscais observarem o disposto na IN nº. 05/2017 SEGES/MP.

Art. 4º A equipe de fiscalização deverá juntar aos autos do processo de contratação o Mapa de Risco atualizado sempre após eventos relevantes, entendidos estes como incidentes ou ocorrências que impactem na adequada execução contratual ou na implementação de seus objetivos, tais como, prorrogação contratual e reequilíbrio econômico-financeiro.

Art. 5º As atividades de gestão e fiscalização da execução contratual devem ser realizadas de forma preventiva, rotineira e sistemática.

Art. 6º Além do disposto no art. 3º, os servidores designados deverão:

I - Manter o Processo de Acompanhamento Contratual atualizado e instruído com documentos comprobatórios da execução do objeto, anexando todas as ocorrências e notificações à Contratada;

II - Prestar as informações e os esclarecimentos solicitados pela Contratada;

III - Comunicar à Coordenação-Geral de Recursos Logísticos - CGRL, nos autos do processo de contratação devidamente acompanhado de documentação probatória, a ocorrência de eventuais irregularidades na execução do Contrato que podem resultar em sanções administrativas e/ou rescisão contratual;

IV - Manifestar-se quanto à vantajosidade do Contrato para a Administração, quando da prorrogação contratual e eventual reequilíbrio econômico-financeiro;

V - Acompanhar e controlar o(s) saldo(s) da(s) Nota(s) de Empenho(s) de modo a evitar que o objeto do Contrato seja cumprido sem a devida cobertura orçamentária e, ainda, solicitar junto à CGRL o reforço dos empenhos ou a anulação parcial, caso necessário; e

VI - Reavaliar constantemente a execução do objeto do Contrato, propondo medidas com vistas à redução de gastos, bem como outras para melhoria e racionalização dos serviços, submetendo ao responsável pela Unidade Demandante.

Art. 7º O processo de Acompanhamento Contratual será encaminhado ao Gestor e Fiscais nomeados com toda a documentação necessária ao início do acompanhamento da execução, em até 05 (cinco) dias da publicação desta Portaria.

Art. 8º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação tendo em vista se tratar de contrato vigente e terá vigência até o vencimento do contrato e de sua garantia, quando houver.

**MARCELO MANHUARI MUNDURUKU**

Coordenador Regional

## PORTARIA CR-NOMT/FUNAI Nº 20, DE 20 DE SETEMBRO DE 2023

O COORDENADOR REGIONAL DA COORDENAÇÃO REGIONAL NOROESTE DO MATO GROSSO, MARCELO MANHUARI MUNDURUKU, DA FUNDAÇÃO NACIONAL DOS POVOS INDÍGENAS, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Portaria n.º 199, 19 de junho de 2023, publicada no Diário Oficial da União no dia 22 de junho de 2023, Seção 2, página 50, de acordo com o previsto no art. 67 da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, e considerando o constante dos autos do processo nº 08789.000012/2017-82, resolve:

Art. 1º Designar os servidores abaixo relacionados para gerenciar, acompanhar e fiscalizar a execução e o adequado cumprimento das cláusulas estabelecidas no Contrato nº 071/2017, celebrado entre a Coordenação Regional Noroeste do Mato Grosso e o senhor JAYR GONÇALVES, CPF nº 143.950.299-49.

FUNÇÃO	NOME	CPF	LOTAÇÃO
Gestor(a)	EMILY NAITIANY CHAGAS CASTILHO	057.043.941-83	CR-NOMT
Gestor(a) Substituto(a)	ADEGILDO JOSÉ DO NASCIMENTO	482.067.091-34	CR-NOMT
Fiscal Técnico(a)	NICOLAU MORIMÃ NETO	340.322.311-68	CTL JUARA

Art. 2º Para efeito desta Portaria, considera-se:

I - Gestor: servidor designado para exercer esse papel de coordenação das atividades relacionadas à fiscalização técnica, administrativa, e setorial, bem como dos atos preparatórios à instrução processual e ao encaminhamento da documentação pertinente ao setor de contratos para formalização dos procedimentos quanto aos aspectos que envolvam a prorrogação, alteração, reequilíbrio, pagamento, eventual aplicação de sanções, extinção dos contratos, dentre outros.;



Brasília, 21 de setembro de 2023

Boletim de Serviço da Funai – 181 - p. 15

II - Fiscal Administrativo: servidor designado para exercer esse papel de acompanhamento com o objetivo de avaliar a execução do objeto nos moldes contratados e, se for o caso, aferir se a quantidade, qualidade, tempo e modo da prestação dos serviços estão compatíveis com os indicadores de níveis mínimos de desempenho estipulados no ato convocatório, para efeito de pagamento conforme o resultado.

Art. 3º Caberá aos gestores e aos fiscais observarem o disposto na IN nº. 05/2017 SEGES/MP.

Art. 4º A equipe de fiscalização deverá juntar aos autos do processo de contratação o Mapa de Risco atualizado sempre após eventos relevantes, entendidos estes como incidentes ou ocorrências que impactem na adequada execução contratual ou na implementação de seus objetivos, tais como, prorrogação contratual e reequilíbrio econômico-financeiro.

Art. 5º As atividades de gestão e fiscalização da execução contratual devem ser realizadas de forma preventiva, rotineira e sistemática.

Art. 6º Além do disposto no art. 3º, os servidores designados deverão:

I - Manter o Processo de Acompanhamento Contratual atualizado e instruído com documentos comprobatórios da execução do objeto, anexando todas as ocorrências e notificações à Contratada;

II - Prestar as informações e os esclarecimentos solicitados pela Contratada;

III - Comunicar à Coordenação-Geral de Recursos Logísticos - CGRL, nos autos do processo de contratação devidamente acompanhado de documentação probatória, a ocorrência de eventuais irregularidades na execução do Contrato que podem resultar em sanções administrativas e/ou rescisão contratual;

IV - Manifestar-se quanto à vantajosidade do Contrato para a Administração, quando da prorrogação contratual e eventual reequilíbrio econômico-financeiro;

V - Acompanhar e controlar o(s) saldo(s) da(s) Nota(s) de Empenho(s) de modo a evitar que o objeto do Contrato seja cumprido sem a devida cobertura orçamentária e, ainda, solicitar junto à CGRL o reforço dos empenhos ou a anulação parcial, caso necessário; e

VI - Reavaliar constantemente a execução do objeto do Contrato, propondo medidas com vistas à redução de gastos, bem como outras para melhoria e racionalização dos serviços, submetendo ao responsável pela Unidade Demandante.

Art. 7º O processo de Acompanhamento Contratual será encaminhado ao Gestor e Fiscais nomeados com toda a documentação necessária ao início do acompanhamento da execução, em até 05 (cinco) dias da publicação desta Portaria.

Art. 8º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação tendo em vista se tratar de contrato vigente e terá vigência até o vencimento do contrato e de sua garantia, quando houver.

**MARCELO MANHUARI MUNDURUKU**

Coordenador Regional

## PORTARIA CR-NOMT/FUNAI Nº 21, DE 20 DE SETEMBRO DE 2023

O COORDENADOR REGIONAL DA COORDENAÇÃO REGIONAL NOROESTE DO MATO GROSSO, MARCELO MANHUARI MUNDURUKU, DA FUNDAÇÃO NACIONAL DOS POVOS INDÍGENAS, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Portaria nº 199, 19 de junho de 2023, publicada no Diário Oficial da União no dia 22 de junho de 2023, Seção 2, página 50, de acordo com o previsto no art. 67 da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, e considerando o constante dos autos do processo nº 08789.000488/2020-19, resolve:

Art. 1º Designar os servidores abaixo relacionados para gerenciar, acompanhar e fiscalizar a execução e o adequado cumprimento das cláusulas estabelecidas no Contrato nº 323/2020, celebrado entre a Coordenação Regional Noroeste do Mato Grosso e a empresa FACHINELI COMUNICAÇÃO LTDA - ME, CNPJ nº 08.804.362/0001-47.

FUNÇÃO	NOME	CPF	LOTAÇÃO
Gestor(a)	EMILY NAITIANY CHAGAS CASTILHO	057.043.941-83	CR-NOMT
Gestor(a) Substituto(a)	ADEGILDO JOSÉ DO NASCIMENTO	482.067.091-34	CR-NOMT
Fiscal Administrativo(a)	ROZINHA TEODORO	191.981.912-68	CR-NOMT
Fiscal Administrativo(a) Substituto(a)			CR-NOMT

Art. 2º Para efeito desta Portaria, considera-se:

I - Gestor: servidor designado para exercer esse papel de coordenação das atividades relacionadas à fiscalização técnica, administrativa, e setorial, bem como dos atos preparatórios à instrução processual e ao encaminhamento da documentação pertinente ao setor de contratos para formalização dos procedimentos quanto aos aspectos que envolvam a prorrogação, alteração, reequilíbrio, pagamento, eventual aplicação de sanções, extinção dos contratos, dentre outros.;

II - Fiscal Técnico: servidor designado para avaliar a execução do objeto nos moldes contratados e, se for o caso, aferir se a quantidade, qualidade, tempo e modo da prestação dos serviços estão compatíveis com os indicadores de níveis mínimos de desempenho estipulados no ato convocatório, para efeito de pagamento conforme o resultado.

Art. 3º Caberá aos gestores e aos fiscais observarem o disposto na IN nº. 05/2017 SEGES/MP.



Brasília, 21 de setembro de 2023

Boletim de Serviço da Funai – 181 - p. 16

Art. 4º A equipe de fiscalização deverá juntar aos autos do processo de contratação o Mapa de Risco atualizado sempre após eventos relevantes, entendidos estes como incidentes ou ocorrências que impactem na adequada execução contratual ou na implementação de seus objetivos, tais como, prorrogação contratual e reequilíbrio econômico-financeiro.

Art. 5º As atividades de gestão e fiscalização da execução contratual devem ser realizadas de forma preventiva, rotineira e sistemática.

Art. 6º Além do disposto no art. 3º, os servidores designados deverão:

I - Manter o Processo de Acompanhamento Contratual atualizado e instruído com documentos comprobatórios da execução do objeto, anexando todas as ocorrências e notificações à Contratada;

II - Prestar as informações e os esclarecimentos solicitados pela Contratada;

III - Comunicar à Coordenação-Geral de Recursos Logísticos - CGRL, nos autos do processo de contratação devidamente acompanhado de documentação probatória, a ocorrência de eventuais irregularidades na execução do Contrato que podem resultar em sanções administrativas e/ou rescisão contratual;

IV - Manifestar-se quanto à vantajosidade do Contrato para a Administração, quando da prorrogação contratual e eventual reequilíbrio econômico-financeiro;

V - Acompanhar e controlar o(s) saldo(s) da(s) Nota(s) de Empenho(s) de modo a evitar que o objeto do Contrato seja cumprido sem a devida cobertura orçamentária e, ainda, solicitar junto à CGRL o reforço dos empenhos ou a anulação parcial, caso necessário; e

VI - Reavaliar constantemente a execução do objeto do Contrato, propondo medidas com vistas à redução de gastos, bem como outras para melhoria e racionalização dos serviços, submetendo ao responsável pela Unidade Demandante.

Art. 7º O processo de Acompanhamento Contratual será encaminhado ao Gestor e Fiscais nomeados com toda a documentação necessária ao início do acompanhamento da execução, em até 05 (cinco) dias da publicação desta Portaria.

Art. 8º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação tendo em vista se tratar de contrato vigente e terá vigência até o vencimento do contrato e de sua garantia, quando houver.

**MARCELO MANHUARI MUNDURUKU**

Coordenador Regional

## COORDENAÇÃO REGIONAL DE RORAIMA

### PORTARIA CR-RORAIMA/FUNAI Nº 19, DE 19 DE SETEMBRO DE 2023

A COORDENADORA REGIONAL DA CR DE RORAIMA, DA FUNDAÇÃO NACIONAL DOS POVOS INDÍGENAS - FUNAI, nomeada pela Portaria MPI nº 67, de 23/02/2023, publicada no Diário Oficial da União nº 41, Seção nº 2, Página 76, de 01/03/2023, no uso das atribuições que lhe são conferidas, de acordo com o previsto na 14.133, de 2021, e considerando o constante dos autos do Processo nº 08749.000501/2023-59, resolve:

Art. 1º Designar, os servidores abaixo relacionados, para gerenciar, acompanhar e fiscalizar a execução e o adequado cumprimento das cláusulas estabelecidas no Contrato 95/2019 (SEI Nº 1276180), celebrado entre a COORDENAÇÃO REGIONAL RORAIMA e a Empresa GOLDI SERVIÇOS E ADMINISTRAÇÃO LTDA - EPP, CNPJ nº 20.217.208/0001-74, e no Contrato 96/2019 (SEI nº 1276187), celebrado entre a COORDENAÇÃO REGIONAL RORAIMA e a Empresa PRIME CONSULTORIA E ASSESSORIA EMPRESARIAL LTDA, CNPJ nº 05.340.639/0001-30, do Processo Administrativo nº 08749.000038/2018-88, que tem como objeto a contratação de serviços de Administração, Gerenciamento e Controle de aquisição de Combustíveis e Manutenção Automotiva em Geral (preventiva, corretiva e preditiva), com fornecimento de peças, componentes, acessórios de reposição genuínos ou originais, entre outros materiais (pneus, óleo de motor, lubrificantes etc.), inclusive, transporte em suspenso por guincho e socorro mecânico, higienização, produtos, serviços mecânicos de toda ordem, borracharia, elétricos, lanternagem, pintura, lavagem, estofagem, alinhamento, balanceamento, em rede credenciada para suprir as necessidades da frota pertencente, ou a serviço, da Coordenação Regional de Roraima, Coordenações Técnicas Locais e Frente de Proteção Etnoambiental Yanomami e Y'ekuana a ela vinculada:

FUNÇÃO	NOME	CPF	LOTAÇÃO
Gestor(a)	VINICIUS BARCELLOS DE MEDEIROS	032.932.746-17	CFPE-YY
Gestor(a) Substituto(a)	JONATHAN ALBERTO OLIVEIRA	845.287.452-91	CFPE-YY
Fiscal Técnico(a)	VINICIUS BARCELLOS DE MEDEIROS	032.932.746-17	CFPE-YY
Fiscal Técnico(a) Substituto(a)	JONATHAN ALBERTO OLIVEIRA	845.287.452-91	CFPE-YY

Art. 2º Para efeito desta Portaria, considera-se:

I - Gestor: servidor designado para exercer esse papel de coordenação das atividades relacionadas à fiscalização técnica, administrativa, e setorial, bem como dos atos preparatórios à instrução processual e ao encaminhamento da documentação



pertinente ao setor de contratos para formalização dos procedimentos quanto aos aspectos que envolvam a prorrogação, alteração, reequilíbrio, pagamento, eventual aplicação de sanções, extinção dos contratos, dentre outros.;

II - Fiscal Técnico: servidor designado para avaliar a execução do objeto nos moldes contratados e, se for o caso, aferir se a quantidade, qualidade, tempo e modo da prestação dos serviços estão compatíveis com os indicadores de níveis mínimos de desempenho estipulados no ato convocatório, para efeito de pagamento conforme o resultado.

III - Fiscal Setorial: servidor designado para acompanhar a execução do contrato nos aspectos técnicos ou administrativos quando a prestação dos serviços ocorrer concomitantemente em setores distintos ou em unidades desconcentradas da Funai Art. 3º Caberá aos gestores e aos fiscais observarem o disposto na IN nº. 05/2017 SEGES/MP.

Art. 4º A equipe de fiscalização deverá juntar aos autos do processo de contratação o Mapa de Risco atualizado sempre após eventos relevantes, entendidos estes como incidentes ou ocorrências que impactem na adequada execução contratual ou na implementação de seus objetivos, tais como, prorrogação contratual e reequilíbrio econômico-financeiro.

Art. 5º As atividades de gestão e fiscalização da execução contratual devem ser realizadas de forma preventiva, rotineira e sistemática.

Art. 6º Além do disposto no art. 3º, os servidores designados deverão:

I - Manter o Processo de Acompanhamento Contratual atualizado e instruído com documentos comprobatórios da execução do objeto, anexando todas as ocorrências e notificações à Contratada;

II - Prestar as informações e os esclarecimentos solicitados pela Contratada;

III - Comunicar à Coordenação-Geral de Recursos Logísticos - CGRL, nos autos do processo de contratação devidamente acompanhado de documentação probatória, a ocorrência de eventuais irregularidades na execução do Contrato que podem resultar em sanções administrativas e/ou rescisão contratual;

IV - Manifestar-se quanto à vantajosidade do Contrato para a Administração, quando da prorrogação contratual e eventual reequilíbrio econômico-financeiro;

V - Acompanhar e controlar o(s) saldo(s) da(s) Nota(s) de Empenho(s) de modo a evitar que o objeto do Contrato seja cumprido sem a devida cobertura orçamentária e, ainda, solicitar junto à CGRL o reforço dos empenhos ou a anulação parcial, caso necessário; e

VI - Reavaliar constantemente a execução do objeto do Contrato, propondo medidas com vistas à redução de gastos, bem como outras para melhoria e racionalização dos serviços, submetendo ao responsável pela Unidade Demandante.

Art. 7º O processo de Acompanhamento Contratual será encaminhado ao Gestor e Fiscais nomeados com toda a documentação necessária ao início do acompanhamento da execução, em até 05 (cinco) dias da publicação desta Portaria.

Art. 8º Revogar a PORTARIA CR-RORAIMA/FUNAI Nº 16, DE 15 DE SETEMBRO DE 2023.

Art. 9º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação tendo em vista se tratar de contrato vigente e terá vigência até o vencimento do contrato e de sua garantia, quando houver.

**MARIZETE DE SOUZA**

Coordenadora Regional

## **PORTARIA CR-RORAIMA/FUNAI Nº 20, DE 19 DE SETEMBRO DE 2023**

A COORDENADORA REGIONAL DA CR DE RORAIMA, DA FUNDAÇÃO NACIONAL DOS POVOS INDÍGENAS - FUNAI, nomeada pela Portaria MPI nº 67, de 23/02/2023, publicada no Diário Oficial da União nº 41, Seção nº 2, Página 76, de 01/03/2023, no uso das atribuições que lhe são conferidas, de acordo com o previsto na 14.133, de 2021, e considerando o constante dos autos do Processo nº 08749.000501/2023-59, resolve:

Art. 1º Designar, os servidores abaixo relacionados, para gerenciar, acompanhar e fiscalizar a execução e o adequado cumprimento das cláusulas estabelecidas no Contrato 206/2023 (SEI nº 5484441), celebrado entre a COORDENAÇÃO REGIONAL RORAIMA e a Empresa GOLDI SERVIÇOS E ADMINISTRAÇÃO LTDA - EPP, CNPJ nº 20.217.208/0001-74, e no Contrato 252/2023 (5648990), celebrado entre a COORDENAÇÃO REGIONAL RORAIMA e a Empresa PRIME CONSULTORIA E ASSESSORIA EMPRESARIAL LTDA, CNPJ nº 05.340.639/0001-30, do Processo Administrativo nº 08749.000353/2023-72, que tem como objeto a contratação de serviços de Administração, Gerenciamento e Controle de aquisição de Combustíveis e Manutenção Automotiva em Geral (preventiva, corretiva e preditiva), com fornecimento de peças, componentes, acessórios de reposição genuínos ou originais, entre outros materiais (pneus, óleo de motor, lubrificantes etc.), inclusive, transporte em suspensão por guincho e socorro mecânico, higienização, produtos, serviços mecânicos de toda ordem, borracharia, elétricos, lanternagem, pintura, lavagem, estofagem, alinhamento, balanceamento, em rede credenciada para suprir as necessidades da frota pertencente, ou a serviço, da Coordenação Regional de Roraima, Coordenações Técnicas Locais e Frente de Proteção Etnoambiental Yanomami e Y'ekwana a ela vinculada:

FUNÇÃO	NOME	CPF	LOTAÇÃO
Gestor(a)	VINICIUS BARCELLOS DE MEDEIROS	032.932.746-17	CFPE-YY
Gestor(a) Substituto(a)	JONATHAN ALBERTO OLIVEIRA	845.287.452-91	CFPE-YY
Fiscal Técnico(a)	VINICIUS BARCELLOS DE MEDEIROS	032.932.746-17	CFPE-YY



Brasília, 21 de setembro de 2023

Boletim de Serviço da Funai – 181 - p. 18

Fiscal Técnico(a) Substituto(a)	JONATHAN ALBERTO OLIVEIRA	845.287.452-91	CFPE-YY
---------------------------------	---------------------------	----------------	---------

Art. 2º Para efeito desta Portaria, considera-se:

I - Gestor: servidor designado para exercer esse papel de coordenação das atividades relacionadas à fiscalização técnica, administrativa, e setorial, bem como dos atos preparatórios à instrução processual e ao encaminhamento da documentação pertinente ao setor de contratos para formalização dos procedimentos quanto aos aspectos que envolvam a prorrogação, alteração, reequilíbrio, pagamento, eventual aplicação de sanções, extinção dos contratos, dentre outros.;

II - Fiscal Técnico: servidor designado para avaliar a execução do objeto nos moldes contratados e, se for o caso, aferir se a quantidade, qualidade, tempo e modo da prestação dos serviços estão compatíveis com os indicadores de níveis mínimos de desempenho estipulados no ato convocatório, para efeito de pagamento conforme o resultado.

III - Fiscal Setorial: servidor designado para acompanhar a execução do contrato nos aspectos técnicos ou administrativos quando a prestação dos serviços ocorrer concomitantemente em setores distintos ou em unidades desconcentradas da Funai

Art. 3º Caberá aos gestores e aos fiscais observarem o disposto na IN nº. 05/2017 SEGES/MP.

Art. 4º A equipe de fiscalização deverá juntar aos autos do processo de contratação o Mapa de Risco atualizado sempre após eventos relevantes, entendidos estes como incidentes ou ocorrências que impactem na adequada execução contratual ou na implementação de seus objetivos, tais como, prorrogação contratual e reequilíbrio econômico-financeiro.

Art. 5º As atividades de gestão e fiscalização da execução contratual devem ser realizadas de forma preventiva, rotineira e sistemática.

Art. 6º Além do disposto no art. 3º, os servidores designados deverão:

I - Manter o Processo de Acompanhamento Contratual atualizado e instruído com documentos comprobatórios da execução do objeto, anexando todas as ocorrências e notificações à Contratada;

II - Prestar as informações e os esclarecimentos solicitados pela Contratada;

III - Comunicar à Coordenação-Geral de Recursos Logísticos - CGRL, nos autos do processo de contratação devidamente acompanhado de documentação probatória, a ocorrência de eventuais irregularidades na execução do Contrato que podem resultar em sanções administrativas e/ou rescisão contratual;

IV - Manifestar-se quanto à vantajosidade do Contrato para a Administração, quando da prorrogação contratual e eventual reequilíbrio econômico-financeiro;

V - Acompanhar e controlar o(s) saldo(s) da(s) Nota(s) de Empenho(s) de modo a evitar que o objeto do Contrato seja cumprido sem a devida cobertura orçamentária e, ainda, solicitar junto à CGRL o reforço dos empenhos ou a anulação parcial, caso necessário; e

VI - Reavaliar constantemente a execução do objeto do Contrato, propondo medidas com vistas à redução de gastos, bem como outras para melhoria e racionalização dos serviços, submetendo ao responsável pela Unidade Demandante.

Art. 7º O processo de Acompanhamento Contratual será encaminhado ao Gestor e Fiscais nomeados com toda a documentação necessária ao início do acompanhamento da execução, em até 05 (cinco) dias da publicação desta Portaria.

Art. 8º Revogar a PORTARIA CR-RORAIMA/FUNAI Nº 18, DE 18 DE SETEMBRO DE 2023.

Art. 9º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação tendo em vista se tratar de contrato vigente e terá vigência até o vencimento do contrato e de sua garantia, quando houver.

**MARIZETE DE SOUZA**  
Coordenadora Regional